

## **A Ruptura no Processo Cultural de Joinville a Partir da Campanha de Nacionalização**

*Katianne Bruhns.*

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa que vem sendo desenvolvida com vistas a dissertação de mestrado a ser apresentada no Curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

A história de Joinville (antiga Colônia Dona Francisca) tem início em 1851, na tentativa de colonizar o sul do Brasil. Esta colonização se deu por iniciativa particular, pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, em terras que pertenciam à Princesa Dona Francisca.

Para tal empreendimento foram trazidos imigrantes alemães, movidos por diferentes motivos, que poderiam ser de ordem econômica, política, ou até movidos pela influência das propagandas das Companhias de Colonização. A Alemanha, no início do século XIX, está dividida em pequenos Estados pobres e com sua economia baseada na agricultura. Regida por leis medievais, grande parte da população vive em completa miséria; nem com o início da industrialização tal situação modificou-se. Os operários, camponeses e outros setores da população esperavam transformações sociais que não viriam a acontecer tão cedo. Esta situação fez com que muitos deixassem a Alemanha em busca de novas oportunidades e por isso nem todos os imigrantes que chegaram à Colônia Dona Francisca eram agricultores, acostumados à vida dura do campo; vieram para cá operários, artesãos, industriais, cientistas, intelectuais, oficiais de exércitos dissolvidos que tiveram que superar a decepção inicial e acostumar-se ao trabalho de guerger uma colônia em meio à floresta.

De acordo com o Capitão Theodor Rodowicz-Oswiecymsky, em 1852 (portanto 1 ano após a fundação da então colônia), haviam: "1 predicante, 4 professores, 3 estudantes, 1 jurista, 3 médicos, 4 farmacêuticos, 1 arquiteto, 3 guarda-florestais, 6 carpinteiros, 2 pedreiros, 3 oleiros, 1 canteiro, 14 marceneiros, 1 torneiro, 1 vidraceiro, 3 engenheiros, 2 mecânicos, 2 ferreiros, 1 arameiro, 1 caldeireiro, 2 ourives, 2 açougueiros, 1 padeiro, 3 jardineiros, 1 cervejeiro, 3 tintureiros, 1 pintor, 3 charuteiros, 1 vinagreiro, 2 tecelões, 1 cordoeiro, 1 segeiro, 1 funileiro, 2 ceramistas, 2 tanoeiros, 2 jornaleiros, 4 marinheiros, 139

agricultores - além de 16 oficiais do então dissolvido exército alemão, combatente na Guerra Teuto-Dinamarquesa,(...)"<sup>1</sup>

Estes imigrantes, de profissões tão variadas, começam a investir na Colônia - na agricultura, no comércio, na indústria e na cultura - tanto que em 1874, acontece a Primeira Exposição Agro-industrial de Joinville, com exposições dos mais variados produtos gerados na Colônia e até importados, premiando-se muitos deles. Com tais investimentos e com o crescimento populacional a Colônia Dona Francisca adquiriu feições urbanísticas, evoluindo de um núcleo modesto e acanhado para o traçado de cidade, com um rápido crescimento horizontal, ao norte em direção à Estrada Dona Francisca, a caminho do planalto catarinense e ao sul, em direção a São Francisco do Sul e Itajaí, além de Jaraguá do Sul, como caminho natural para alcançar Blumenau, no Vale do Itajaí. Cresceu a população e a pequena vila transformou-se em núcleo urbano onde rapidamente instalaram-se profissionais liberais e um variado comércio.

Juntamente com tal desenvolvimento a atividade cultural e intelectual aumentou e materializou-se na língua mais falada na comunidade - o alemão, e isto pode ser notado através do número de associações culturais, recreativas, esportivas e assistenciais que foram surgindo na cidade desde 1855 até hoje, como: a Kulturverein (Sociedade de Cultura - 1855), Musikquartett (Quarteto Musical - 1886 ), Musikverein Lyra (Sociedade Musical Lyra - 1889), Schuetzenverein Tell (Sociedade de Tiro Tell - 1907), Fidélitás (Sociedade Recreativa - 1920), e muitas outras.

Não só as sociedades, como também os jornais tiveram papéis preponderantes na vida intelectual e política de Joinville. Der Beobachter am Mathiasstrom (O Observador às Margens do Rio Mathias), lançado apenas 20 meses depois da chegada das primeiras levas de imigrantes, o Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia) que surgiu a 20 de dezembro de 1862 e acompanhou a vida joinvilense por 80 anos, e outros com idêntica importância.

Tanto a Iª Guerra Mundial, quanto a IIª Guerra, foram episódios que além de agitarem a Europa, envolveram o Brasil e particularmente a Região Sul de maneira muito forte. A IIª Guerra Mundial, coincide no Brasil com o Estado Novo, decretado pelo governo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945.

<sup>1</sup>- RODOWICZ-OSWIECYMSKY, Theodor. Die Kolonie Dona Francisca Suedbrasilien. In: HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho*. Joinville: Fundação Cultural. 1987. pp. 119-120.

Durante o período do Estado Novo o controle e a repressão aos jornais estrangeiros publicados no Brasil, assim como das sociedades culturais de imigrantes, foi muito forte. Devido a inúmeros decretos, como por exemplo, o promulgado em 18 de abril de 1938, que proibia atividades políticas dos estrangeiros residentes na Brasil, proibia o uso de bandeiras, uniformes, distintivos de partidos estrangeiros, bem como a edição de jornais estrangeiros. A 4 de maio de 1938, o Decreto-Lei 406, no artigo 87, determina que a publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita a autorização e ao registro no Ministério da Justiça.

Tais decretos condenam ao desaparecimento toda a publicação em língua estrangeira.

As diversas sociedades culturais e associações existentes em Joinville, bem como em outras cidades e estados, não demoram a serem atingidas. Com a proibição do uso da língua estrangeira no país, muitas sociedades desaparecem, bem como a transcrição de estatutos e atas em alemão. Os encontros dos tantos sócios de diversas sociedades chega ao fim, bem como a transcrição de estatutos e atas em alemão. Outras resistem a tantas exigências e restrições do governo federal e também estadual, mudando seu nome, seus estatutos e atividades que antes aconteciam em alemão, passam a ser - com certa dificuldade - realizados em português, como as diversas peças de teatro e as apresentações dos corais. As Sociedades de Tiro ao Alvo, também tiveram que, além de modificar seus nomes para o português, alterar seus estatutos e diversificar suas atividades.

A Sociedade Frohsinn (Alegria), é um dos diversos exemplos de sociedades que desapareceram em decorrência da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo. Esta sociedade surgiu nos primeiros anos da década de 1890. Liederkranz (Grinalda das Canções), é um exemplo de sociedade que conseguiu sobreviver à repressão imposta pelo governo durante o Estado Novo, porém como Sociedade Recreativa, e só em 1951 é que reaparece no cenário como Sociedade de Canto.

Vereinsbund, hoje conhecida como Liga de Sociedades Joinvilense, formou-se da união de cinco outras sociedades, segundo a historiadora Elly Herkenhoff: a Saengerbund, Concordia, Uur Fuer Uns, Zur Gemuetlichkeit e Einigkeit. Esta Sociedade, criada em setembro de 1922, composta por alemães e descendentes de alemães teve de entregar sua presidência ao oficial do exército, capitão Celso de Oliveira, durante alguns anos do Estado Novo. Neste período deixa de existir o grupo teatral Nur Fuer Uns, e os grupos cantores Saengerbund e Concordia. Mas a Liga de Sociedades sobrevive e em 1973, já que nesta época nenhuma das sociedades formadoras existe, modifica-se novamente seu nome, para

Liga da Sociedade Joinvilense e altera seus estatutos, tornando-se uma sociedade sem fins lucrativos, de recreação e preservadora das velhas tradições da cidade.

Getúlio Vargas assume o poder em 03 de novembro de 1930, reforça-o lentamente até que em 1937 institui a ditadura.

Esta concentração de poderes foi possível graças a inexistência de grupos capazes de assumir o poder, ao choque entre os grupos rivais e ao apoio que Getúlio Vargas tinha da alta cúpula militar, representado pelos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Através do decreto de 11 de novembro de 1930, Getúlio Vargas passa a exercer os poderes Executivo e Legislativo e a governar sem Constituição. Vargas dissolve o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais. Demite os governadores e nomeia interventores federais.

A Constituição de 1934 vai reforçar ainda mais os poderes de Getúlio Vargas, e durante o Governo Constitucional, que vai de 1934 a 1937 o país se prepara para as eleições de 1938, que não iriam acontecer pois Getúlio Vargas, a 10 de novembro de 1937, institui o Estado Novo no Brasil, dissolvendo o Congresso, destituindo os governadores e nomeando novos interventores - para Santa Catarina, foi nomeado o então governador Nereu Ramos. Extinguiu as bandeiras, armas, escudos e hinos estaduais, proibiu greves, liquidou a independência dos sindicatos (estes ficariam ligados ao Ministério do Trabalho), demitiu funcionários civis e militares, extinguiu todos os partidos políticos, regulamentou a pena de morte (16/05/1938), exilou os líderes políticos, entre outras medidas.

Em sua política administrativa criou o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) - o mais importante instrumento de sustentação do regime ditatorial do Estado Novo.

A política trabalhista no Estado Novo é organizada de tal forma, onde o Governo por um lado, dá apoio às reivindicações dos trabalhadores, transformando estas reivindicações em preceitos legais através de órgãos administrativos, e por outro lado, facilita aos detentores do capital exercer atividades lucrativas lícitas. Há com isso, uma valorização da figura do trabalhador, onde não deve haver mais distinções entre o "trabalhador estrangeiro" e o "trabalhador brasileiro", todos devem ser vistos como "trabalhadores nacionais". E a discriminação é criticada, como nesta matéria do Jornal A Gazeta, de 31/03/1938 - n. 119.p. 30:

### "O NOSSO TRABALHADOR"

O conceito de inferioridade do nacional, em confronto com o estrangeiro, ainda subsiste como argumento usado por alguns empregadores sem espírito de justiça, nem tão pouco de observação, até mesmo daquilo que está ao alcance das inteligências mais acanhadas. A coisa, sabida e que não admite controvérsia ou sofisma, que o operário brasileiro mais do que qualquer outro, possui extraordinária vocação para o exercício das profissões mais difíceis, pelos conhecimentos técnicos que exijam. Nem haverá outro mais hábil, mais incansável, mais inteligente. Apesar disso, ainda há quem acredite e pense de modo diverso.(...)"

Há a necessidade de não se admitir inferioridade ou superioridade neste momento, para que o trabalho seja incentivado, e que seja visto como intermediador da felicidade, de maneira que o indivíduo pense que pode participar do governo, sendo que a única forma é trabalhando. O trabalho dignifica o homem e é o único meio de exercer sua cidadania.

"O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem, uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão"<sup>2</sup>.

Desenvolve-se aí a idéia de que o trabalho é dignificante, civilizador. E para isso há a necessidade de além de incentivar o trabalho, dar alguma proteção à família e ao trabalhador, e atender as mínimas exigências de saúde, higiene, alimentação e moradia. Segundo Cyntia Machado Campos, havia "a necessidade de dar proteção á família, resguardando-a no interior do limites da ordem e da razão,(...)"<sup>3</sup>. A família fazia a intermediação entre o Estado e o trabalhador.

Também a nova organização do ensino primário, secundário e superior, para que atendessem aos novos ideais baseou-se na moralização e normatização destes. Pois se o Estado preocupava-se com o trabalhador, com a família, nada mais normal do que preocupar-se com a criança, inculcando-lhe desde cedo, os sentimentos nacionais de harmonia, obediência e respeito. Por isso, não foram toleradas as escolas estrangeiras no país. Muitas foram fechadas, como por exemplo a Deutsche Schule (Escola Alemã) em Joinville.

<sup>2</sup> - OLIVEIRA, Lúcia Lippi de et alii. *Estado Novo*. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Edit., 1982. p. 152-153.

<sup>3</sup> - CAMPOS, Cyntia Machado. *Normatização de condutas no Estado de Santa Catarina (1937-1945)*. São Paulo: PUC/SP, 1992. Dissertação (Mestrado em História) PUC, S.P., 1992. pp. 128.

Outro setor, que foi alvo da observação e repressão do governo, foi o setor cultural. Neste ponto, com destaque para a linguagem. "A língua, e o controle sobre ela, constituem-se em elementos de organização interna do Estado. Sem o controle sobre a língua, o Estado não constitui-se enquanto tal."<sup>4</sup>.

Até o governo alertar-se para tal fato, era comum o uso da língua estrangeira no país, principalmente nas áreas de imigração. A nível de divulgação em rádio e jornal, o idioma estrangeiro era muito utilizado. Em Santa Catarina era corrente o uso do idioma alemão. O Jornal A Gazeta até 1938 trazia o programa das irradiações que provinham da Alemanha e possuía uma coluna, escrita totalmente em alemão, a Deutsche Teil (Secção Alemã).

Neste momento o governo proíbe a língua estrangeira, irradiações estrangeiras, jornais escritos em idioma estrangeiro, eliminou os símbolos estaduais e municipais e pregou o culto à Nação, à Bandeira Nacional, aos heróis nacionais, aos trabalho e à família. Criou-se canções novas em cima de ritmos já existentes, com letras que pregavam seus ideais. Estabeleceram-se novas datas comemorativas, campeonatos, desfiles para fortalecer o nacionalismo. Hobsbawm, quando expõe sobre o nacionalismo suíço, justamente com relação a formação do Estado Federal moderno, no século XIX, nos coloca que "as práticas tradicionais existentes - canções folclóricas, campeonatos de ginástica e de tiro ao alvo - foram modificados, ritualizados e institucionalizados para servir a novos propósitos nacionais. Às canções folclóricas tradicionais acrescentaram-se novas canções na mesma língua (...)"<sup>5</sup>. Da mesma maneira se deu na relação do Estado Novo, na década de 30, com as regiões colonizadas por imigrantes, neste caso Joinville, pois as práticas existentes na cidade, colonizada basicamente por alemães, envolviam sociedades culturais, de canto, de teatro que ali existiam. E, quando tem início a Campanha de Nacionalização, em 1938, as atividades destas diversas sociedades, passam a ser controladas e modificadas de acordo com a exigência do governo.

Esta pesquisa histórica procurará trabalhar a relação entre o movimento cultural da cidade de Joinville e o Estado Novo, que é instituído em 10 de novembro de 1937 e se estende até 29 de outubro de 1945, quando o Presidente Getúlio Vargas é deposto.

Os supostos teóricos terão por referência o trabalho desenvolvido por Eric Hobsbawm - acerca das tradições inventadas que tentam suprir as novas necessidades da

<sup>4</sup> - Idem. p.179.

<sup>5</sup> - HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p. 14.

Nação em detrimento das então cultivadas pelos imigrantes alemães - e Michael Pollak - sobre a memória individual e coletiva, seu silêncio e sua resistência.

Com relação as tradições inventadas, "elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a "nação", e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado Nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante"<sup>6</sup>. E, de acordo com este autor, um fenômeno nacional, como em nosso caso, o Estado Novo decretado por Getúlio Vargas, com características e métodos tão marcantes, não pode ser investigado de maneira adequada, se não dermos a atenção necessária às tradições inventadas.

Estas poderão ser percebidas de maneira clara em regiões colonizadas por imigrantes, e, em nosso caso - Joinville - que já possuía uma elite cultural e intelectual formada, que participava da vida pública da cidade e do Estado e onde a Campanha de Nacionalização vem interferir, pois a sociedade, de acordo com suas tradições, já possuía suas datas comemorativas, suas festas e também o local para tais eventos. Havia aí uma relação entre o Estado e a população de Joinville, a partir do momento em que institucionalizou-se a Campanha de Nacionalização, e com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, esta relação modifica-se.

Pois além de uma cultura estar impondo-se à outra, sua relação com aqueles que deveriam absorvê-la é diferente. As novas datas festivas, cerimônias nacionais, não se dão mais em salões, mas sim passam a fazer parte do cotidiano, nas ruas, nas escolas e até mesmo dentro de casa, local teoricamente considerado privado, pois seus integrantes não poderiam mais falar a língua alemã, somente o português - a língua nacional.

Para que este trabalho seja completo, precisamos ver além das "tradições inventadas", a questão da memória, individual ou coletiva, que precisa ser abordada. Trabalhar com a memória será uma tentativa de compreender o momento, esta ruptura nas tradições alemãs em Joinville, bem como se houve resistência e de que maneira esta se processou.

E de acordo com Michael Pollak, a história oral ressalta "a importância de memórias subterrâneas, que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional."<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> - Idem. p.22.